-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com referência à elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens subsequentes.

51 Os resultados abrangentes que afetaram o patrimônio líquido ao longo do exercício são apresentados tanto na demonstração do resultado do exercício quanto na demonstração dos resultados abrangentes.

52 O grupo de exigibilidades do balanço patrimonial é dividido em circulante e não circulante, apresentando-se o resultado dos exercícios futuros neste último grupo.

Acerca da mensuração ao valor justo, julgue os itens seguintes.

53 A relação entre o preço e o lucro de uma ação, utilizada pelos agentes econômicos para precificar o valor de uma ação, é uma técnica de mercado para avaliação do valor justo do ativo.

54 Havendo dois valores para determinado bem no mercado, o valor justo será o valor do melhor uso que o agente econômico interessado poderá fazer desse bem.

Julgue os itens seguintes, a respeito de procedimentos contábeis aplicáveis a operações de empréstimos, ativos contingentes e combinações de negócios.

55 A fusão é uma combinação de negócios em que duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade, devendo os direitos e as obrigações dessas sociedades ser transferidos para o patrimônio da nova sociedade.

56 O ativo contingente, que não deve ser objeto de reconhecimento pela contabilidade, surge de um evento que dá origem à possibilidade de entrada de benefícios futuros para a entidade, a depender da ocorrência de um ou mais eventos futuros cujo desfecho seja incerto.

Julgue os próximos itens, referentes à distribuição de resultados e ao cálculo do custo dos produtos.

57 No custeio por absorção, os gastos incorridos para se efetuar a venda dos produtos fabricados pela empresa devem ser contemplados no cálculo do custo dos produtos.

58 A principal vantagem da distribuição de resultados por meio de juros sobre o capital próprio comparativamente à distribuição de dividendos está no benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos referidos juros para fins de apuração do lucro real.

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria (NBC TA e NBC PA), julgue os próximos itens, a respeito de testes de observância e de evidências de auditoria.

59 As evidências de auditoria obtidas de fontes externas são sempre menos confiáveis que as evidências geradas internamente pela entidade auditada.

60 Os testes de observância em auditoria têm como objetivo principal verificar a eficácia dos controles internos implementados pela entidade, com o intuito de assegurar que eles estejam sendo corretamente aplicados e funcionando conforme esperado.

Acerca de auditoria no ativo circulante e saldo credor, julgue os itens subsequentes.

61 Na auditoria de tributos, a existência de saldo credor na conta caixa, mesmo sem a emissão de documentos fiscais correspondentes, não pode ser utilizada como evidência de infração tributária, pois, em situações excepcionais, a legislação permite que o caixa apresente saldo credor.

62 A recomposição contábil do fluxo de caixa da entidade deve desconsiderar transações que não afetem diretamente o caixa, como depreciação e amortização, focando exclusivamente em entradas e saídas efetivas de dinheiro.

Acerca de passivos fictícios e da identificação de erros e fraudes na escrituração contábil e fiscal, julgue os itens a seguir.

63 Ao identificar indícios de fraudes ou erros significativos na escrita fiscal, o auditor deve revisar a totalidade das transações fiscais da entidade auditada, para garantir que todas as irregularidades sejam descobertas e corrigidas antes da emissão do relatório final de auditoria.

64 Caso identifique passivos fictícios nas demonstrações contábeis, o auditor deve considerar a possibilidade de ter havido manipulação intencional dos resultados financeiros da entidade com o objetivo de reduzir a carga tributária. Nesse caso, antes de emitir seu relatório, o auditor deve avaliar a materialidade e a possível má-fé dessas distorções.

A respeito da escrituração fiscal digital (EFD), da nota fiscal eletrônica (NFe) e da utilização de sistemas gerenciadores de bancos de dados (SGBD) em auditoria fiscal, julgue o próximo item.

65 Na auditoria da EFD e da NFe, o auditor fiscal deve verificar não apenas a consistência das informações declaradas, mas também a sua conformidade com as regras e a legislação tributária aplicáveis, garantindo que não haja omissões, subfaturamento ou outras irregularidades que possam resultar em sonegação fiscal.

Com base na Lei Complementar n.º 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, julgue o seguinte item.

66 Cabe ao Poder Executivo de cada ente federado disciplinar, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as instituições financeiras deverão informar à respectiva administração tributária (isto é, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços.

À luz do Código Tributário do Município de Mossoró (CTMM), julgue os seguintes itens.

67 O CTMM prevê, em relação ao IPTU, alíquotas distintas para imóveis edificados e não edificados.

68 A incidência do IPTU, cuja base de cálculo é o valor venal do imóvel, está condicionada à legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel.

69 No caso do ITBI, o CTMM estabelece, no que concerne às transmissões compreendidas no SFH, alíquotas diferenciadas, considerados o valor efetivamente financiado e a parcela não financiada.

70 Estão dispensados das obrigações tributárias acessórias relativas ao ISS os prestadores de serviços pertencentes ao setor público, a exemplo das empresas públicas contempladas pela imunidade tributária recíproca.

71 É possível a instituição de regime especial de fiscalização, quando for de interesse da administração tributária municipal, conforme definido em ato do secretário municipal de fazenda.

72 O CTMM assegura ao contribuinte o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, que pode ser protocolada após o início de ação fiscal.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, à luz das disposições da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

73 O imposto sobre bens e serviços, cuja competência é compartilhada entre estados, DF e municípios, possui regime específico de tributação para serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.

74 O IPTU e o ITCMD são impostos municipais que incidem sobre a propriedade.

A respeito de aspectos atinentes à obrigação e à responsabilidade tributária, julgue os próximos itens à luz do Código Tributário Nacional.

75 Os diretores das pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos por eles praticados com excesso de poderes.

76 Somente por disposição expressa da legislação tributária, é possível a uma pessoa figurar como sujeito passivo na condição de responsável tributário.

Em conformidade com as regras do processo administrativo tributário do município de Mossoró, observada a jurisprudência dos tribunais superiores pertinentes ao processo judicial tributário, julgue os itens subsequentes.

77 No âmbito do processo administrativo fiscal, as normas do Código de Processo Civil são de aplicação subsidiária.

78 No curso do processo administrativo fiscal, o fisco poderá exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes de atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária não extinta.

79 A concessão liminar da cautelar fiscal dispensa a fazenda pública de caução, mas não de justificação prévia.

80 No processo administrativo fiscal, o julgador, ao proferir decisão, poderá declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária em vigor.

Determinada prefeitura contratou uma empresa para a construção de uma passarela para pedestres por meio de licitação, no regime de contratação semi-integrada, regida pela Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dessa situação hipotética, da legislação aplicável aos contratos administrativos e da atuação da fiscalização em obras públicas, julgue os itens que se seguem.

81 Na contratação semi-integrada em apreço, tanto o projeto básico quanto o executivo devem ser fornecidos pela prefeitura, ficando a empresa contratada responsável pela execução das obras, por preço certo e total definido no contrato.

82 O recebimento definitivo da obra deverá ser feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

83 Durante a construção da referida passarela, a medição dos serviços deve ser realizada mensalmente pelo responsável por acompanhar e fiscalizar a obra, associada à execução das quantidades dos itens unitários constantes do projeto executivo vinculados ao cronograma físico-financeiro.

Julgue o próximo item, acerca de segurança e higiene do trabalho.

84 De acordo com a NR-18, é proibida a execução de fundação por meio de tubulão de ar comprimido.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia para licitação de obras públicas.

85 No preço de referência de uma obra ou serviço de engenharia, os encargos sociais incidem de forma percentual na bonificação e despesas indiretas (BDI), como despesas decorrentes das convenções coletivas de trabalho da mão de obra assalariada.

86 Em licitações que não envolvam recursos da União, os municípios podem adotar sistemas de custos próprios para estimar o valor da contratação de obras e serviços de engenharia.

87 No orçamento analítico de uma obra, são apresentados os quantitativos e os custos unitários de cada serviço a ser executado, além das parcelas referentes aos custos indiretos.

No laudo de avaliação de um imóvel, para a identificação do valor de mercado do bem, um avaliador considerou sua depreciação, ocasionada por decrepitude. O valor de mercado do bem foi estimado por meio do método comparativo direto de dados de mercado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz da NBR 14.653.

88 O método utilizado pelo avaliador estima o valor de mercado do bem pelo somatório dos valores de seus componentes.

89 A depreciação do imóvel apontada no laudo é decorrente do desgaste de seus componentes em razão de uso ou manutenção inadequada.

De acordo com a Lei Complementar n.º 47/2010, julgue os itens subsequentes, a respeito de obras e edificações do município de Mossoró.

90 A interdição da execução de obra de qualquer natureza, cuja estabilidade ponha em risco o público em geral ou os operários, deve ser precedida de vistoria técnica feita por profissional legalmente habilitado, acompanhada da respectiva anotação de responsabilidade técnica.

91 As obras públicas do município de Mossoró são isentas das taxas de alvará e da taxa de licença, porém, há a obrigatoriedade da licença de construção.

Julgue os itens subsequentes, referentes à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

92 As licenças ambientais devem ser expedidas exclusivamente de forma sucessiva de acordo com a natureza, as características ou a fase do empreendimento ou atividade.

93 Na renovação da licença de operação, o órgão ambiental competente poderá diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade.

94 A licença de instalação é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Julgue os itens seguintes à luz da Resolução CONAMA n.º 001/1986.

95 As despesas e os custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental são de responsabilidade conjunta do proponente do projeto e dos órgãos ambientais competentes e(ou) dos órgãos setoriais do SISNAMA.

96 O diagnóstico ambiental da área de influência de um projeto submetido ao estudo de impacto ambiental deve considerar os meios físico, biológico e socioeconômico.

Acerca da Lei n.º 9.605/1998, que trata dos crimes contra o meio ambiente, julgue os itens que se seguem.

97 Quem recebe ou adquire, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha ou carvão sem licença válida para transporte ou armazenamento incorre nas mesmas penas de quem vende ou transporta o mesmo material.

98 Não é considerado crime ambiental o abate de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória de animais, desde que tal procedimento seja legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

Com base na norma NBR 14.653, julgue os itens a seguir, a respeito de avaliação de bens.

99 Valor é uma expressão monetária que define uma transação de um bem, de seu fruto, de um direito, ou da expectativa de sua transação.

100 Conforme a natureza do bem e o objetivo e a finalidade da avaliação, são geralmente considerados e aceitos os princípios da substituição e da semelhança.

101 Fruto é o resultado da exploração econômica de um bem.

102 Oligopólio é uma estrutura básica do mercado, sendo constituído por um número pequeno de vendedores.

103 Amostragem é o conjunto de dados representativos de uma população.

Em relação a controle de qualidade de materiais, julgue os itens que se seguem.

104 Ensaio de consistência e ensaio de resistência à compressão são exemplos de ensaios de controle de aceitação do concreto.

105 Aspersão e submersão são processos de cura do concreto.

106 O cimento pozolânico resulta do cozimento de uma mistura de bauxita e calcário.

107 O ensaio do picnômetro é usado para determinar a densidade das britas.

108 Cantoneiras e louças sanitárias são exemplos de cerâmicas refratárias.

109 Aditivos superplastificantes (SPI) são recomendados nos pontos de descarga na obra com estruturas de armação densa.

Julgue os próximos itens, a respeito de fiscalização de contrato de obra de construção rodoviária, incluindo o projeto elaborado e apresentado pela empresa contratada.

110 Nas sondagens de simples reconhecimento à percussão (SPT), em função do número N, as argilas e os siltes argilosos podem ser designados como sendo fofa(o), pouco compacta(o), medianamente compacta(o), compacta(o) e muito compacta(o).

111 O contrato de uma obra de construção rodoviária pode ser alterado qualitativamente e quantitativamente pela administração, de forma unilateral, desde que as alterações não venham a transfigurar o objeto da contratação, sendo de até 25% o limite para acréscimos ou supressões.

112 A execução de atividades (serviços) não previstas em contrato sem que se tenha formalizado termo aditivo afronta à legislação, ainda que não haja pagamento antecipado ou sem contraprestação de serviços, salvo nos casos excepcionais de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de um mês.

Julgue os itens subsequentes, relativos às especificações de serviços e à execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização de uma obra rodoviária.

113 Conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, o tachão pode ser usado como dispositivo auxiliar para a redução de velocidade em uma rodovia.

114 A execução dos dispositivos de drenagem de entrada e descida d'água deverá ser iniciada após a conclusão de todos os serviços de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa à plataforma; quando houver banquetas de escalonamentos e valetas de proteção revestidas, as descidas d'água serão executadas logo após a conclusão dos serviços de terraplenagem, precedendo o serviço de plantio ou colocação de revestimento dos taludes.

115 A inclinação dos taludes dos cortes independe do controle tecnológico realizado durante a execução do serviço; nos cortes em altura elevada, em função do definido no projeto de engenharia, devem ser implantados patamares, com banquetas de largura mínima de 0,5 m, valetas revestidas e proteção vegetal.

116 Tratamento superficial duplo é a camada de revestimento do pavimento constituída por duas aplicações de ligante asfáltico, cada uma delas coberta por camada de agregado mineral e submetida a compressão; dependendo da indicação do projeto, podem ser empregados os seguintes ligantes asfálticos: cimentos asfálticos CAP 150/200 e emulsões asfálticas do tipo RR-2C.

117 O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas intermitentes, em metade da largura da seção transversal; para o corpo dos aterros, a espessura de cada camada compactada não deverá ultrapassar 0,5 m e, nas camadas finais, essa espessura não deverá ultrapassar 0,3 m.

Acerca da metodologia e de conceitos inerentes ao Sistema de Custos Rodoviários do DNIT (SICRO), julgue os itens a seguir.

118 Os custos de mobilização são aqueles associados ao transporte, desde sua origem até o início do trecho da rodovia que está em obra, dos recursos humanos disponíveis na obra, bem como dos equipamentos móveis e fixos indispensáveis às operações que serão desenvolvidas na obra.

119 As despesas relativas à administração local de obras devem constar na planilha orçamentária da respectiva obra como custo direto, sendo as medições proporcionais à execução financeira dos demais serviços da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo.

120 O SICRO considera dois períodos de tempo diferentes na atuação regular dos equipamentos: a hora produtiva e a hora improdutiva. Durante a hora produtiva, o equipamento encontra-se dedicado ao serviço, com seus motores ou acionadores em funcionamento; na hora improdutiva, o equipamento encontra-se parado, com o motor desligado e em situação de espera.

Espaço livre